

Introdução

Este boletim tem como objetivo subsidiar o Sindicato dos Professores de São Paulo (APEOESP) no processo da campanha salarial e educacional de 2009. O conteúdo do boletim traz uma breve análise dos principais indicadores da conjuntura econômica nacional e do Estado de São Paulo, bem como dados conjunturais da Secretaria da Educação, tal como a evolução do emprego e salários do quadro do magistério paulista. A exposição dos dados permite o conhecimento dos indicadores conjunturais em uma linguagem simples e acessível, organizados em cinco tópicos:

1. Indicadores da Conjuntura Econômica Nacional
2. Indicadores de Contas Públicas do Estado de São Paulo
3. Indicadores de Emprego na Área da Educação
4. Campanha Salarial
5. Conclusão

1. Indicadores da Conjuntura Econômica Nacional (PIB, Inflação, Desemprego)

A atividade econômica medida pela evolução do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre de 2009 registrou um crescimento anualizado de 3,1%. O consumo das famílias aumentou 4,1% e o investimento das empresas cresceu 6,3%.

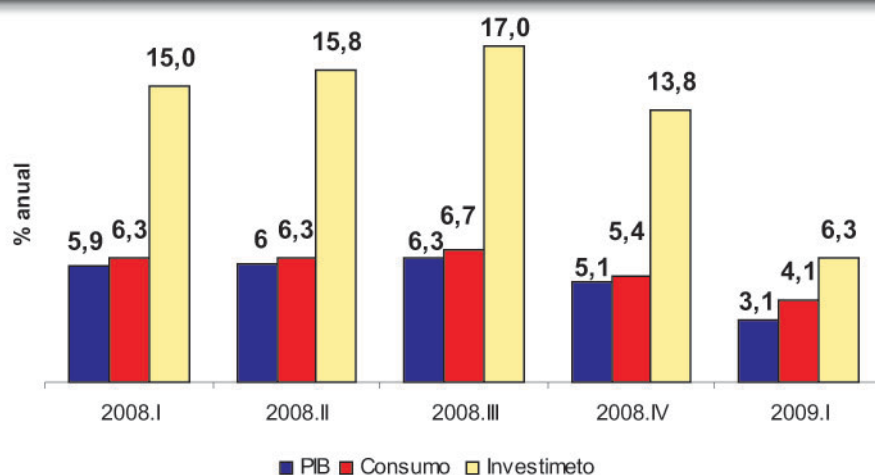
A taxa anualizada mede a variação acumulada em quatro trimestres, terminados em março de 2009, em relação ao mesmo período do ano anterior. Já em relação ao último trimestre de 2008 houve uma pequena

queda de -0,8% do PIB, puxada principalmente pela queda do investimento (-12,6%), das exportações (-16%) e da indústria (-3,1%).

Os dados do PIB do primeiro trimestre de 2009 mostram que a economia deu uma freada por conta da crise e também da própria alta dos juros no segundo semestre de 2008, que visava o controle da inflação e do superaquecimento da economia estimulado pela bolha de preços externa.

Gráfico 1

Taxa de Crescimento do PIB, Consumo e Investimento Acumulada em 4 trimestres - 1o trim/2008 a 1o trim/2009



A queda do PIB só não foi maior devido à força do mercado interno. Apesar da retração do empresariado, o governo e as famílias continuaram mantendo seus gastos, o que segurou o crescimento.

A inflação medida pelo Índice de Custo de Vida (ICV-DIEESE) e pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE), que é o Índice oficial do governo para a fixação das metas de inflação, apresentou uma trajetória de queda no acumulado em 12 meses desde o meio de 2008.

A evolução da inflação acumulada em 12 meses voltou ao chamado “centro da meta” estipulado pelo governo, que é de 4,5% pelo IPCA. A rápida queda da inflação permitiu que o Banco Central baixasse o juro para o menor nível da história (8,75% a.a), o que deve estimular a retomada do crescimento no segundo semestre.

Se esta tendência perdurar podemos ter um espaço importante para uma maior redução do juro no fim do ano e um concomitante aumento do investimento e do emprego.

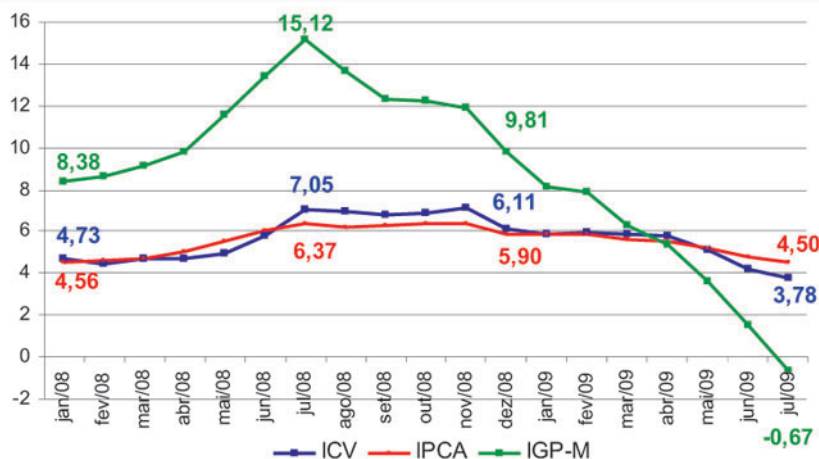
Apesar da queda da inflação o consumidor deve sentir no bolso o aumento dos preços administrados este ano. Isso porque grandes partes desses preços (eletricidade, telefone, água, aluguel) são corrigidas com base no IGM-P, que chegou a 15% no ano passado.

Como reflexo da queda de preços agrícolas durante o ano, o custo da cesta básica caiu em 15 das 16 capitais pesquisadas pelo DIEESE em julho de 2009 comparativamente ao mesmo mês de 2008.

Em São Paulo o custo real da cesta básica caiu -15,03% em junho de 2009 em relação a junho

Gráfico 2

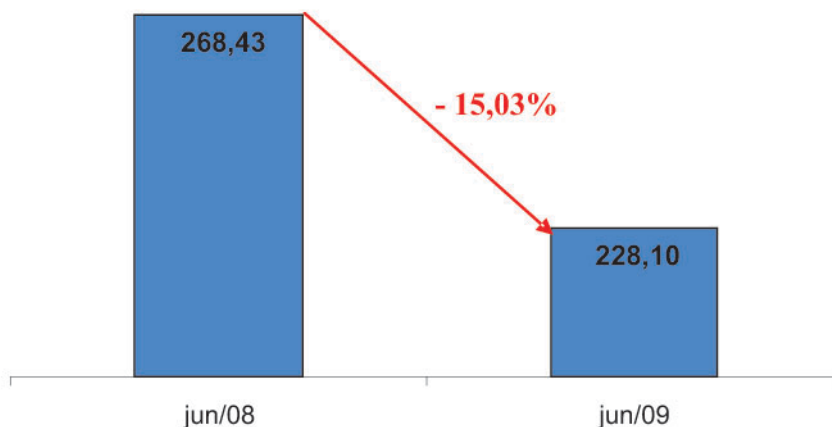
Comportamento da Inflação acumulada em 12 meses Jan/08 – Jul/09 – (%)



Fonte: DIEESE - ICV, IBGE - IPCA e FGV - IGP-M.
Elaboração: DIEESE - Subseção Apeoesp Cepes.

Gráfico 3

Preço real da cesta Básica em São Paulo Junho de 2008 e junho de 2009



Fonte e Elaboração: DIEESE

de 2008, puxados principalmente pela queda da batata e do tomate.

O rebatimento da crise econômica sobre o emprego no Brasil foi sentido principalmente entre dezembro de 2008 e janeiro de 2009. Além do desemprego sazonal neste período, devido ao fim dos empregos temporários de fim de ano, os empresários procuraram ajustar o emprego e os estoques às expectativas futuras dos rumos da economia.

O setor mais afetado pelo desemprego foi o da indústria, principalmente àquela vinculada a exportação. Já os setores de serviços, de comércio e de construção civil atuaram no sentido de ‘segurar’ o emprego doméstico.

Tanto a PED-DIEESE como a PME do IBGE mostraram sinais de recuperação do emprego com a redução da taxa de desemprego a partir de abril, em sintonia com a tendência sazonal de que-

É importante observar que há uma diferença metodológica entre as pesquisas do desemprego. O IBGE calcula o chamado desemprego 'aberto', que se refere às pessoas que se encontram desempregadas e procuram emprego no período de referência da pesquisa. Já o DIEESE agrega ao desemprego aberto o desemprego 'oculto', que constitui aquelas pessoas que, impossibilitadas de conseguirem uma ocupação, desistem de procurar emprego ou se inserem no chamado sub-emprego ("bico") como forma de sobrevivência.

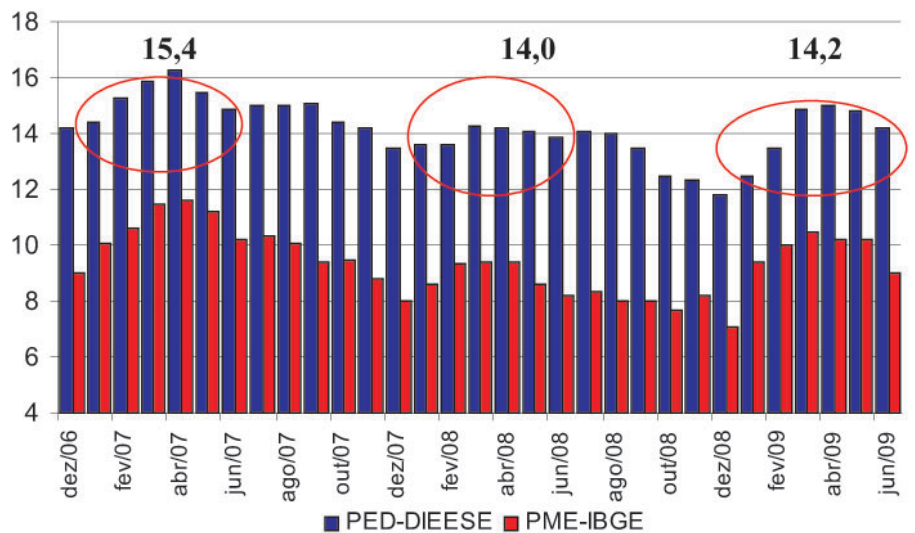
da do desemprego ao longo do ano.

Quando se observa o movimento do emprego no primeiro semestre de 2009, pode-se afirmar que a trajetória não foi atípica em relação aos anos anteriores, isto é, a curva do desemprego sempre aumenta nos primeiros 3/4 meses do ano, e depois inicia uma queda gradual durante os próximos meses. A média nos 6 primeiros meses em 2009 ficou em 14,2%, ligeiramente superior a média de 2008, 14%.

A continuidade de queda no desemprego em São Paulo dependerá dos possíveis impactos da queda do juro pelo Banco Central na confiança das empresas em investirem na produção e da recuperação da economia brasileira da crise mundial.

Gráfico 4

**Taxa de Desemprego ⁽¹⁾ RMSP
dez/06 - jun/09**



Fonte: DIEESE e IBGE

Elaboração: DIEESE – Subseção – Apeoesp/Cepes

Nota: (1): A PED refere-se à soma do desemprego aberto e oculto, enquanto que a PME refere-se apenas ao desemprego aberto.

2. Indicadores de Contas Públicas do Estado de São Paulo

2.1 Receita: Arrecadação de ICMS e transferências do FPM

Segundo dados da Secretaria da Fazenda, em Junho de 2009 a arrecadação da quota parte do Estado referente ao Imposto sobre Circulação de Serviços

(ICMS) somou, R\$ 4,7 bilhões, enquanto as transferências da União para o Fundo de Participação dos Municípios Paulistas (FPM-SP) somaram R\$ 531,3 milhões. Em relação a junho de 2008 o ICMS teve uma queda real de -6,5% enquanto o FPM aumentou 0,2%.

Nos primeiros 6 meses de 2009, tanto o ICMS quanto o FPM sofreram uma queda real de -3,97% e -7,25%, respectivamente.

A queda na transferência do FPM foi afetada principalmente pela diminuição da arrecadação dos seus dois componentes: o

Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Apenas para esclarecer, os municípios que mais devem sentir esta queda são os pequenos municípios com baixa arrecadação. O governo federal se comprometeu a manter os níveis de arrecadação de 2008 do FPM, como forma de compensar principalmente a queda de arrecadação do IPI devido à renúncia fiscal.

Dentre os fatores que contribuíram para a queda do ICMS estão a desaceleração da atividade econômica paulista e a diminuição das importações que são passíveis de tributação.

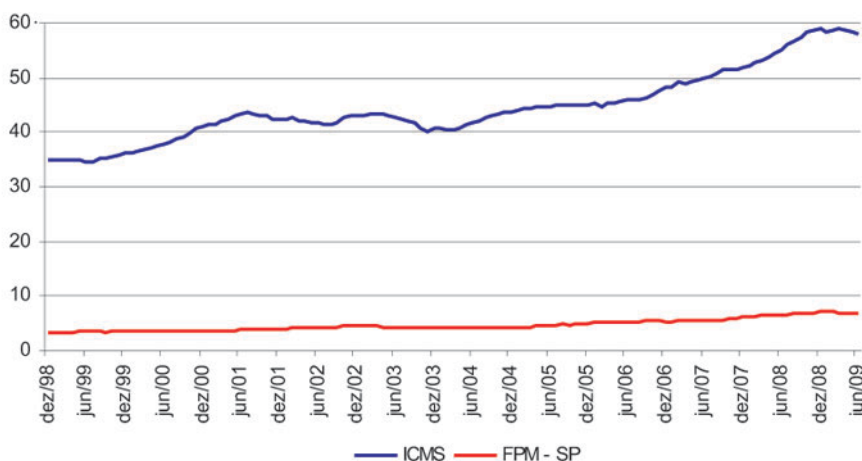
Os dados do ICMS também recuaram na comparação com os 12 meses encerrados em junho de 2008, queda real de -0,6% em relação aos 12 meses imediatamente anteriores. Já o FPM apresentou estabilidade na mesma comparação de 0,02%.

No gráfico ao lado, podemos observar que a arrecadação do ICMS e do FPM vêm apresentando trajetória crescente desde 1998, e que a partir de 2006 o aumento tornou-se mais expressivo. A crise mundial final do ano passado interrompeu o crescimento da arrecadação, porém a queda atual ainda não é suficiente para que se possa afirmar que temos uma alteração de trajetória em relação ao período analisado.

O Gráfico ao lado mostra a evolução mensal do ICMS no Estado de São Paulo. Pode-se observar que a maior queda mensal ocorreu em janeiro de 2009 (-17,36%). Em fevereiro e março há uma recuperação e a arrecadação cresce em relação ao mesmo período de 2008. No entanto a partir de abril a arrecadação do ICMS volta a cair. Dessa forma no acumulado dos 6 primeiros meses de 2009 o ICMS apresentou uma queda real de -3,97%, ou cerca de 1 bilhão de reais.

Gráfico 5

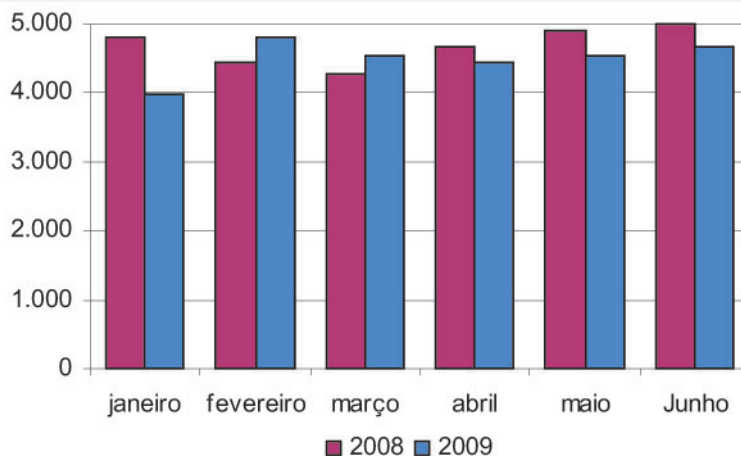
Arrecadação de ICMS e do FPM acumulado em 12 meses Estado de São Paulo - dez/1998 a jun/2009 Em Bilhões de R\$



Fonte: Secretaria da Fazenda de SP e Secretaria do Tesouro Nacional
Elaboração: DIEESE - Subseção Apeoesp/Cepes
Nota: Deflacionado com base no IPCA-IBGE

Gráfico 6

Arrecadação mensal do ICMS Estado de São Paulo - jan a jun 2008/2009 Em Milhões de R\$



Fonte: Secretaria da Fazenda
Elaboração: DIEESE - Subseção Apeoesp/Cepes
Nota: Deflacionado com base no IPCA-IBGE

2.2 Despesa de Pessoal do Poder Executivo do Estado – Comparação quadrimestral

A execução orçamentária do governo do estado tem se caracterizado pelo crescimento da receita acima das despesas.

No período de 1º quadr/2001 a 1º quadr/2009, a Receita Corrente Líquida acumulou alta de 114,13%, ao passo que a Despesa com Pessoal cresceu menos, 109,73%, em termos nominais. Quando comparamos o 1º quadr/2001 e o 1º quadr/2009 observamos uma queda de 6,73 pontos percentuais (p.p.) no comprometimento da **Receita Corrente Líquida** com a **Despesa de Pessoal**, passando para 41,08%.

Segundo a LRF o **Limite Máximo** é de **49,00%** (art. 20), ao passo que o **Limite Prudencial** é de **46,55%** (art. 22).

Este valor está bem abaixo do **limite prudencial** expresso na **Lei de Responsabilidade Fiscal** (LRF). Apesar do aumento da despesa com pessoal em relação ao fim do ano de 2008 e da queda da receita ainda há um claro espaço legal para o aumento dos gastos com pessoal.

Considerando a estrutura das contas do governo estadual nos primeiros quatro meses de 2009, há uma possibilidade de aumento de 13,32% nos gastos com pessoal para atingir o limite prudencial contido na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e de 19,29% para chegar ao limite máximo definido na LRF. Em valores monetários o Governo pode dar um aumento de R\$ 4,6 bilhões sem comprometer a LRF.

Tabela 1

Limites da LRF - Despesa de Pessoal e Receita Corrente Líquida
Estado de São Paulo - 2001 a 2009 • Em mil R\$

Período	Receita Corrente Líquida	Despesa com Pessoal	%
1 quadr/2001	34.512.605	16.500.129	47,81%
1 quadr/2002	36.319.352	17.716.161	48,78%
1 quadr/2003	42.238.219	19.749.110	46,76%
1 quadr/2004	44.537.012	20.661.372	46,39%
1 quadr/2005	52.208.287	22.336.591	42,78%
1 quadr/2006	58.209.611	25.392.654	43,62%
1 quadr/2007	64.634.624	27.163.341	42,03%
1 quadr/2008	74.790.515	29.530.310	39,48%
1 quadr/2009	84.256.871	34.610.479	41,08%
Variação %	144,13%	109,73%	-6,73p.p

Fonte: Secretária Estadual da Fazenda
Elaboração: DIEESE - Subseção Apeoesp/Cepes
Obs: A Receita Corrente Líquida corresponde à Receita Corrente do Estado menos transferências constitucionais, legais e contribuição dos servidores.

Tabela 2

Possibilidade de aumento global da folha considerando os limites fiscais da Lei de Responsabilidade Fiscal (em mil R\$)

Item	2009
Receita Corrente Líquida	84.256.871,00
Gasto com Pessoal	34.610.479,00
% Comprometido	41,08%
Limite Prudencial (95% Limite Máximo)	39.221.573,45
Limite Máximo 49,0%	41.285.866,79
Aumento Possível - Limite Prudencial	13,32%
Aumento Possível - Limite Máximo	19,29%
Aumento Nominal Possível - Limite Prudencial	4.611.094,45
Aumento Nominal Possível - Limite Máximo	6.675.387,79

Fonte: SEF-SP Relatório de Gestão Fiscal 1º trimestre 2009
Elaboração: DIEESE - Subseção Apeoesp/Cepes

3. Conjuntura setorial da área da educação

3.1 O Gasto com Educação no Orçamento

O gráfico abaixo mostra qual o orçamento global do Estado de São Paulo, e qual a porcentagem dele que é gasto com a Educação. Entre 2002 e 2008, a fatia dos recursos orçamentários direcionados para a Secretaria da Educação passou de 15,1% para 13,1%, uma queda de 2 pontos percentuais (p.p).

Uma queda semelhante ocorreu em relação à participação dos gastos com pessoal e encargos sobre os gastos totais do Estado. Entre 2002 e 2008, as fatias dos gastos com pessoal e encargos passaram de 12,7% para 9,2% das despesas do Estado, uma queda de 3,5 p.p.

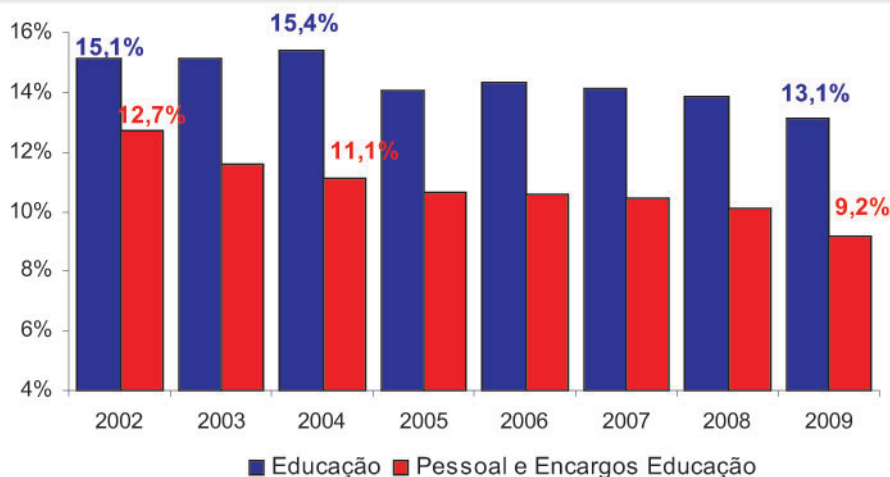
3.2 O desempenho do Quadro do Magistério

No mês de Julho de 2009 o **Quadro do Magistério** registrou 240.333 profissionais, sendo 69.280 PEB I, e 149.489 PEB II. As funções de professor coordenador, professor vice-diretor, diretor de escola e supervisor de ensino somam pouco mais de 21 mil cargos.

Dos 240.333 professores empregados em junho de 2008, 46,4% (111.558) eram OFAs e

Gráfico 7

Participação do orçamento da Educação no orçamento total do Estado 2002-2009



Fonte: LOA 2002-2008
Elaboração: DIEESE - Subseção Apeoesp/Cepes

Tabela 3

Número de Funcionários Ativos do Quadro do Magistério, segundo classes Rede Estadual - Julho de 2009

Classe do QM	Efetivo		OFA		Total	%
	Nº	%	Nº	%	Nº	
Professor PEB I	27.212	39,3%	42.068	60,7%	69.280	100%
Professor PEB II	84.299	56,4%	65.190	43,6%	149.489	100%
Professor Coordenador	6.362	72,1%	2.457	27,9%	8.819	100%
Professor Vice-Diretor	3.924	69,3%	1.741	30,7%	5.665	100%
Diretor de Escola	5.340	-	-	-	5.340	-
Supervisor de Ensino	1.522	-	0	-	1.522	-
Outros	116	53,2%	102	46,8%	218	100%
Total	128.775	53,6%	111.558	46,4%	240.333	100%

Fonte: SEE - Boletim de Acompanhamento de Pessoal
Elaboração: Dieese - Subseção Apeoesp/Cepes

53,6%, (128.775) efetivos. No Boletim de janeiro a proporção era de 42,1% (OFAs) e 57,9% (Efetivos).

As comparações conforme categoria do Quadro do Magistério podem ser vistas na Tabela 3.

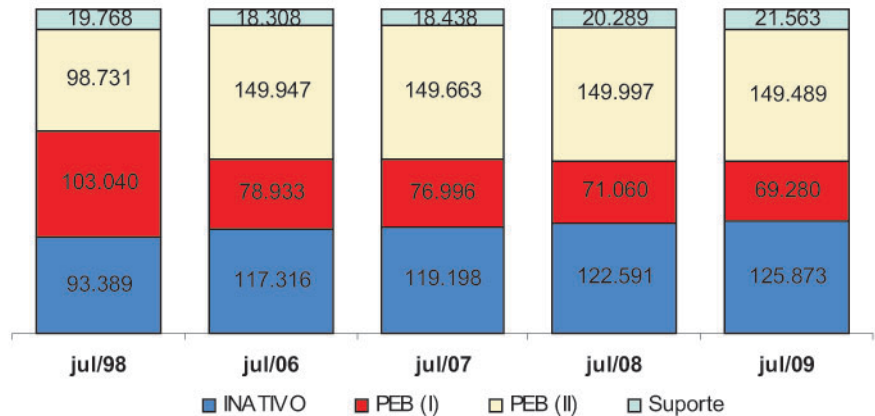


A evolução do quadro do magistério ao longo do tempo revela que o número de professores PEB II cresceu de 98,7 mil para cerca de 149,5 mil entre 1998 e 2008, enquanto o número de professores PEB I teve uma queda de cerca de 34 mil vagas.

Já o contingente de supervisores, depois de uma queda entre 1998 e 2006, permanece com cerca de 21 mil trabalhadores, enquanto que os professores inativos aumentaram em cerca de 32 mil pessoas entre 1998 e 2008 (gráfico 8).

Gráfico 8

Evolução do Quadro do Magistério Total
Estado de São Paulo • 1998-2009



Fonte: SEE – Boletim de Acompanhamento de Pessoal
Elaboração: Dieese – Subseção Apeoesp/Cepes

4. Campanha Salarial

Evolução do salário base e perdas salariais acumuladas

Desde a implantação do atual plano de carreira (LC 836/97), em março de 1998, até julho de 2009 a inflação apurada pelo ICV-DIEESE foi de 107,71%. Já o **salário base** da categoria foi reajustado em apenas 60,97%.

Neste período ocorreram quatro reajustes salariais na carreira do professor:

- 1) Em maio de 2002, de 5%;
- 2) Em agosto de 2004, de 13,38%;
- 3) Em setembro de 2005, de 15%.
- 4) Em julho de 2008, de 5%.

Tabela 4

Perdas Salariais e Reajuste Salarial Magistério
De Março/1998 a julho/2009

Índices	Sem gratificação	Com gratificação
ICV - DIEESE acumulado no Período	107,71%	107,71%
Reajuste salarial no período	60,97%	84,35%
Reajuste necessário em de agosto de 2009	29,04%	12,68%

Fonte: APEOESP e DIEESE – Subseção Apeoesp/Cepes
Observação: As perdas salariais referem-se ao professor PEB I, 24h.

Fora os reajustes foram incorporados ao salário base o Prêmio de Valorização (PV) e a Gratificação por Trabalho Educacional (GTE) que também contribuíram para recuperação do salário base. Considerando essas incorporações o aumento sobre o salário base em 2008 foi de 12,2%.

Portanto, para recuperar o poder aquisitivo dos salários fixados em fevereiro de 1998, seria

necessário um reajuste salarial de 29,04% sobre o salário base referênciado (piso salarial do Professor de Educação Básica I, com jornada de 24 horas semanais, nível I). O mesmo cálculo até fevereiro de 2009 daria os 27,5% reivindicados pela categoria. A recomposição da remuneração, incluindo as gratificações, por sua vez, deveria ser reajustada em 12,68% para retomar seu poder de compra de 1998.

6. Conclusão

A crise econômica afetou principalmente a indústria e os municípios. A perda de postos de trabalho na indústria foi de certa forma atenuada pelo aumento do emprego no setor de serviços, mas ainda é incerta sua evolução. Caso a crise venha a afetar a massa salarial o dinamismo deste setor deve sofrer uma freada e podemos ter ajuste de emprego também aí.

No que toca diretamente a categoria dos professores vemos que a crise pouco afetou a arrecadação estadual. As comparações com 2008 devem ser relativizadas, pois como mostramos a arrecadação de 2008 foi extraordinária. Neste ano o governo arrecadou cerca de 20 bilhões a mais do que havia planejado. Quem mais deve sentir a crise são os municípios, onde as discussões sobre aumento salarial devem ser muito mais duras.

o processo de municipalização, com um forte reflexo no perfil da categoria. No aspecto salarial, a defasagem em relação a 2009 deve crescer em ritmo menor acompanhando a desaceleração da inflação. Por sua vez, a confortável situação fiscal do estado, mesmo no contexto de crise, permite a programação da recuperação salarial da categoria e da valorização profissional em consonância com os objetivos da melhora do ensino público em São Paulo.

Os dados de acompanhamento do Estado indicam também que continuamos aprofundando

**Produção: Subseção
DIEESE/APEOESP**

Responsável Técnico:
Alexandre Sampaio Ferraz

Equipe:
Alexandre Sampaio Ferraz
Glauco Freire da Silva

E-mail:
dieese@apeosp.org.br



SINDICATO DOS
PROFESSORES DO ENSINO PÚBLICO
DO ESTADO DE SÃO PAULO
Filial do CUT e CUT



DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDIOS SOCIOECONOMICOS

APEOESP • Praça da República, 282
Telefone: (11) 3350 6057
www.apeosp.org.br • e-mail:
presiden@apeosp.org.br

